



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PORTARIA STJ/GDG N. 183 DE 12 DE MARÇO DE 2021.**

Institui comissão para elaborar estudos para adoção de medidas de governança do acesso e uso massificado de dados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

**O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, inciso X, alínea *b*, do Manual de Organização do STJ, e o que consta do Processo STJ n. 022865/2020,

**CONSIDERANDO** a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

**CONSIDERANDO** a publicidade dos atos processuais (art. 5º, LX, e art. 93, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) e a transparência como princípios fundamentais para o controle democrático das atividades do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** que o princípio de livre concorrência, consagrado no art. 170, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, impõe ao Estado a redução de barreiras ao livre desenvolvimento dos mercados digitais que processam e reutilizam informações jurídicas;

**CONSIDERANDO** o direito fundamental à proteção dos dados pessoais de jurisdicionados e demais sujeitos identificados ou identificáveis nos atos processuais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de proteger a personalidade autodeterminação informativa do indivíduo contra os riscos que podem decorrer do acesso massificado às informações contidas em processos judiciais;

**CONSIDERANDO** a crescente utilização da Internet e do emprego de modelos computacionais estruturados para o acesso e o processamento de dados disponibilizados pelos órgãos do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** os benefícios do acesso ao conteúdo de pronunciamentos judiciais, em formato legível por máquina, para a difusão do conhecimento do Direito e contribuição à segurança jurídica;

**CONSIDERANDO** a importância do desenvolvimento da tecnologia, em particular de técnicas de inteligência artificial, para a sistematização e o processamento de informações sobre a produção jurídica dos tribunais, como veículo para a promoção da cultura e da segurança jurídica;

**CONSIDERANDO** que a utilização de ferramentas como *web scrapers* para a extração de conteúdo das plataformas de tribunais onera tanto o Poder Público quanto os agentes privados;

**CONSIDERANDO** a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça no julgamento do Procedimento de Ato Normativo nº 0007044-02.2020.2.00.0000, na 73ª Sessão Virtual, realizada de 1º a 9 de setembro de 2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituída comissão para estudos para adoção de medidas de governança do acesso e uso massificado de dados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º A comissão será formada por representantes das seguintes unidades, com titular e suplente, na forma do anexo:

- I – Secretaria de Gestão Estratégica;
- II – Secretaria de Jurisprudência;
- III – Secretaria de Processamento de Feitos;
- IV – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- V – Secretaria Judiciária;
- VI – Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado;

- VII – Assessoria de Inteligência Artificial;
- VIII – Secretaria de Comunicação Social;
- IX – Ouvidoria;
- X – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

Parágrafo único. O coordenador da comissão poderá convidar servidor de unidade que não integre a comissão para participar de suas reuniões, conforme a pertinência do tema a ser tratado.

Art. 3º A comissão deverá apresentar o resultado dos trabalhos no prazo de noventa dias a partir da publicação desta portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### **Anexo**

(Art. 2º da Portaria STJ/GDG n. 183 de 12 de março de 2021)

Composição da comissão instituída para elaborar estudos para adoção de medidas de governança do acesso e uso massificado de dados no âmbito do Poder Judiciário.

#### **I – Secretaria de Gestão Estratégica:**

- a) Efinéias Stroppa dos Santos, matrícula S053958 – titular (coordenador);
- b) Walber Jericó Rodrigues de Araújo, matrícula S021347 – suplente;

#### **II – Secretaria de Jurisprudência:**

- a) Barbara Brito de Almeida, matrícula S041925 – titular;
- b) Tayana Kariya dos Santos S069919, matrícula – suplente;

#### **III – Secretaria de Processamento de Feitos:**

- a) Lígia Augusto Freitas Campos, matrícula S052021 – titular;
- b) Ricardo Antonio Amaral de Oliveira, matrícula S055012 – suplente;

#### **IV – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação:**

- a) Carlos Leonardo Pires, matrícula S043260 – titular;
- b) Luiz Claudio Soares de Almeida, matrícula S034961 – suplente;

#### **V – Secretaria Judiciária:**

- a) Rafael de Souza Dourado, matrícula, S064909 – titular;
- b) Jorge Gomes de Andrade Cruz Júnior, matrícula: S031652 – suplente;

#### **VI – Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado:**

- a) Ana Elisa de Almeida Kirjner, matrícula, S038819 – titular;
- b) Teresa Helena Moraes Marciano da Rocha Basevi, matrícula S02634-9 – suplente;

#### **VII – Assessoria de Inteligência Artificial:**

- a) Marcus Aurélio Carvalho Georg, matrícula S029720 – titular;
- b) Uendel Rocha da Silva, matrícula S037529 – suplente;

#### **VIII – Secretaria de Comunicação Social:**

- a) Francisco Assul de Souza Junior, matrícula S067886 – titular;
- b) Monica Oliveira Santos de Andrade, matrícula S035038 – suplente;

IX – Ouvidoria:

- a) Tatiana Aparecida Estanislau de Souza, matrícula S056302 – titular;
- b) Valéria Ferraz Guimarães, matrícula S062132 – suplente;

X – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes:

- a) Bianca Crisley Duqueviz, matrícula S036832 – titular;
- b) Tatiana Marques Lorenço Galvão de Barros, matrícula S063090 – suplente.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Cavalcante, Diretor-Geral**, em 15/03/2021, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.stj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2375373** e o código CRC **17162A94**.

---